

Potencialidades e fragilidades para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) em sinergia com a Agroecologia em Sergipe

Eliane Dalmora
Irinéia Rosa do Nascimento
Lício Valério Lima Vieira

Resumo

No cenário do turismo mundial, o Brasil tem destaque por apresentar paisagens de rara beleza inerentes aos ecossistemas naturais do país. Na região Nordeste, além dos atrativos presentes na faixa litorânea, os sertões constituem cenários de paisagens únicas, com atrativos culturais que revelam as tradições locais. Nas últimas décadas, graças as estratégias de convivência com o semiárido, com o fomento de práticas simples e suficientes para manter a sobrevivência dos agricultores familiares, vêm mudando o cenário dessa região. As experiências agroecológicas mostraram que é possível inclusive o manejo agroflorestal no semiárido, permitindo hoje a agricultores agroecológicos a colheita de frutas e verduras durante o ano inteiro, além da criação animal e práticas extrativistas. Neste contexto, o rural passa a ter um significado para além da produção e alimentos, e se estabelece em sinergia como um espaço de bem viver, e também como oferta de serviços ambientais e turísticos, inovadores no contexto de uma população que rapidamente se urbaniza. O presente trabalho analisou as estratégias e sinergias nas experiências de produção agroecológica e a sua possível imersão no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), culminando com a realização de um Workshop de Agroecologia e Agroturismo, coordenado pelo Núcleo de Estados Agroecológicos (NEA/IFS) e o Curso de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe. O evento buscou gerar produtos e orientações para o desenvolvimento de serviços turísticos no contexto do TBC, com base nas experiências de sistemas de produção de base agroecológica nos diferentes territórios do Estado de Sergipe. Durante o evento foram utilizadas ferramentas participativas visando motivar o debate sobre as fragilidades e a demonstração dos produtos potenciais no desenvolvimento do TBC em Sergipe. Como resultados foram listados os avanços da agroecologia e também enumerados os distanciamentos decorrentes das fragilidades na infraestrutura das comunidades rurais e no modo de vida dos agricultores familiares, marcados pela precariedade de moradia e de estrutura produtiva. De outro sim, o investimento turístico está centralizado nos grandes eventos, atores privilegiados e na falta de propósito para o desenvolvimento local, participativo e vinculado a economia solidária. As análises permitem concluir que a atuação da pesquisa engajada, numa atitude proativa e a busca de parcerias com os gestores públicos e os empreendedores comprometidos com a inclusão socioeconômica das pessoas e os ecossistemas que se inserem organicamente, contribuirão para a maior inclusão dessa temática, problematizando as realidades vividas pelas populações tradicionais e agricultores familiares e suas relações com o agroturismo.

Palavras chaves: Agrobiodiversidade; Multifuncionalidade do espaço rural; Turismo de base comunitária.

1. Introdução

No Brasil existem iniciativas para o desenvolvimento da agroecologia e do agroturismo, as quais têm viabilizado agricultores familiares e populações tradicionais. A partir da conversão orgânica dos sistemas de produção, a conquista da certificação e a organização nos mercados locais e regionais, ampliaram-se as estratégias de agregação de valor aos produtos, incluindo o valor social e ambiental dos empreendimentos rurais.

Há que se considerar que o meio rural é um espaço onde ocorrem atividades não agrícolas, e seus moradores do campo, podem ou não ter ligação com a agricultura. Este espaço múltiplo é denominado de pluriatividade e inclui serviços turísticos, educacionais, informacionais, de construção e comércio. Investimentos de redução das desigualdades sociais apresentam efetividade e o agroturismo é uma forma inovadora de ampliar alternativas produtivas e de inclusão social, ou seja, gerando rendas complementares com a perspectiva de redução das desigualdades. O resultado indireto são oportunidades para jovens e a permanência em seus locais de origem, novas relações entre o campo e a cidade, com a própria busca dos urbanos aos serviços dos espaços rurais, seja pela conservação dos agroecossistemas, seja pela vivência no espaço agrícola.

Ações como as de pesquisa e extensão, desenvolvimento rural, empreendedorismo e conservação ambiental geraram pessoas interessadas e dedicadas à temática. Em especial para estados como o de Sergipe onde os agricultores familiares que desenvolvem a transição agroecologia, precisam de novas perspectivas de geração de renda e apoio para concretizar ações no caminho da sustentabilidade dos sistemas de produção.

Há que se promover uma série de ações para desencadear processos tendo como ponto de partida as iniciativas e potencialidades das comunidades residentes em espaços rurais ecologicamente diferenciados, agraciados por recursos naturais peculiares, e/ou para os agricultores que vem redesenhando seus sistemas de produção na transição agroecológica. Traduz-se em modos de vida e práticas de produção exemplares, assim despertando o interesse acadêmico para a socialização e iniciativas de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Entre as ações destaca-se a necessidade aproximar pesquisadores, gestores,

consumidores e agricultores para se discutir cenários e identificar estratégias para o fortalecimento dessas atividades onde elas acontecem.

Neste contexto, surge a necessidade fundamental de se reconhecer elos de integração que pudessem juntos construir uma rede multidisciplinar para compartilhar experiências, debater e abordar, com fundamentação, o desenvolvimento local. O presente trabalho pretende fazer uma reflexão visando identificar potencialidades e fragilidades para que se estabeleça uma sinergia nas experiências de produção agroecológica de Sergipe e a sua possível imersão no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC).

2. Revisão da literatura

2.1 Expressões da agroecologia e o agroturismo

Trata-se da multifuncionalidade da agricultura familiar ao qual apresenta as seguintes facetas: geração de trabalho e renda pelas famílias resultando em oportunidades aos jovens e perspectivas de permanência no campo; a produção visando o auto sustento familiar e, alternativamente, a comercialização nas cadeias curtas do mercado local; a integração da produção animal e vegetal, gerando insumos e alimentos de autoconsumo internos ao sistema de produção; reprodução de relações comunitárias locais que garantem a identidade e os valores culturais; e, a geração de serviços ambientais favorecendo a agrobiodiversidade e a paisagem rural. A permanência da agricultura familiar, neste estilo inclui o resgate de práticas econômicas para além da dependência aos mercados padronizados. O seu caráter de multifuncionalidade se atualiza na tendência de inclusão do rural como espaço de qualidade de vida, de serviços ambientais de lazer, entretenimento e manutenção de valores e tradições regionais.

Um exemplo exitoso que integra os princípios do Turismo de Base Comunitária é o desenvolvido pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia e a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (GELBECK, 2006). Fundada em 1999 a associação acumula prêmios de destaque nacional e internacional, como referência em desenvolvimento rural, sustentabilidade, inclusão das mulheres, iniciativas de empreendedorismo e no Turismo.

O agroturismo se desenvolveu na região devido ao avanço da agroecologia, o que incluiu a busca dos consumidores, comerciantes, pesquisadores e universitários em conhecer as novas práticas de produção. Esta busca demandou serviços de alimentação e hospedagem para a região e se converteu numa verdadeira sinergia, onde a agroecologia se fortaleceu e atraiu novas parcerias de integração territorial (LINS, 2019). A experiência da Associação Agroecológica

Acolhida na Colônia se expande e abriga uma rede de agricultores de outros territórios de Santa Catarina, e até mesmo em outros estados. Se caracteriza pela clareza da proposta, na aplicabilidade dos princípios, aliados ao consumo de produtos agroecológicos e aos serviços relacionados aos espaços com história e atributos socioculturais e paisagísticos (LINS, 2019).

A proposta se estruturou integrada aos princípios da Rede Accueil Paysan, criada em 1987, por agricultores provenientes de uma região a Leste da França, no Rhône-Alpes. Os agricultores buscavam harmonizar as relações dos agricultores familiares com o meio ambiente, gerando renda em uma proposta de desenvolvimento local (GUZATTI, 2011).

Para implementar a proposta foi definido no Estatuto da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia os seguintes princípios norteadores das ações: o ato de ao turista implica em receber turistas para troca de experiências e movidos pelo respeito mútuo. As habitações que oferecem o serviço de hospedagem e alimentação devem ser adaptadas com conforto, higiene e segurança, praticando preços acessíveis. A gestão do serviço deve ser realizada pelos próprios agricultores familiares, sendo que outros atores locais podem se associar, contribuindo a com dinâmica proposta. Ao receber o agricultor familiar mostra o seu trabalho e seus produtos vinculados ao respeito ao meu ambiente. Portanto, nesta proposta o agroturismo se efetiva como fator de desenvolvimento local e gera novas perspectivas de permanência para os jovens. Ao promover a agroecologia em sinergia com o agroturismo os agricultores passam a ter novos canais de comercialização de seus produtos e passam a valorizar e resgatar a culinária, a cultura e os produtos típicos da região.

As estratégias estão baseadas no caderno de normas, com a presença de mediadores que atuam na perspectiva de educação participativa e empoderamento local. Assim a rede vai se estruturando em outros municípios de Santa Catarina, mantendo as mesmas bases de constituição, que incluem: ações de melhoria e preservação do meio ambiente, paisagismo e biodiversidade; organização coletiva em associações e diferenciação dos produtos com o processamento, diversificação e a produção agroecológica (WALKOWSKI; DAMO; LOCH, 2017).

A organização inclui os técnicos (equipe interdisciplinar com o papel de realizar ações de assistência técnica e extensão rural, captação de recursos e execução de projetos, capacitação e formação dos parceiros, desenvolvimento de produtos e elaboração de roteiros; os multiplicadores (profissionais capacitados na metodologia do Acolhida na colônia, ligados a organizações públicas ou privadas de cada município fazem a ponte com os agricultores e a rede). O processo de descentralização se dá com a atuação das associações que permite o empoderamento e a participativa de base e que dá os rumos da organização (Acolhida na Colônia).

2.2) O TBC como proposta integradora para o Nordeste

Na medida em que se estruturaram novas relações e valorizações do espaço rural, as rendas se diversificaram para os sócios do Acolhida na Colônia, mas mantendo a produção agrícola conjuntamente com os processamentos e a oferta de serviços turísticos. Quanto aos serviços surgiu um leque de possibilidades envolvendo o turismo de conhecimento, as pousadas rurais, o ecoturismo, o pesque-pague, as vivências com o contexto da produção, os alimentos típicos, regionais e saudáveis, entre outras formas.

Trata-se da oferta de serviços turísticos coadunada com a nova tendência de turistas a procura de ambientes naturais e culturalmente preservados, constituindo segmentos específicos. Contudo, a existência do atrativo natural diferenciado não deriva no desenvolvimento da atividade turística, pois o atrativo precisa estar acompanhado da infraestrutura e o serviço, assim se constituindo no produto turístico (RAMIRO, 2009).

Nos últimos anos avanços também foram se estruturando no nordeste brasileiro no que se refere a infraestrutura de acesso e ao envolvimento das organizações sociais, assim permitindo superações das desigualdades culturais. Contudo no meio rural ainda há espaços de exclusões e novas formas de dominação continuam limitando o desenvolvimento do turismo frente a realidade do baixo índice de desenvolvimento humano (COROLIANO & ALMEIDA, 2011; RAMIRO, 2009). O contraponto a este contexto é o desenvolvimento integral, sem cortar etapas, tal como propõe o TBC e a proposta efetiva da transição agroecológica.

O movimento agroecológico tem fortalecido nas comunidades a sua organização formal e seu compromisso socioambiental. O elemento da organização com a certificação em rede traz um diferencial que vai para além da dimensão técnica dos estabelecimentos, assumindo compromisso na organização coletiva, certificação participativa, redenho dos agroecossistemas e novas relações de gênero, juventude e alimentação.

O turismo de base comunitária (TBC) é uma abordagem que se coaduna com a agroecologia. Nele se interconectam as dimensões da convivencialidade (inclui o outro, respeitando as diferenças, as identidades, as expressões e as manifestações populares) visando o desenvolvimento territorial sistêmico/sustentável (SCHLEMER, FEUSER & SAMPAIO, 20015).

A agroecologia por sua vez vem desencadeando processos de ação/reflexão/ação, construindo novas formas de ver o mundo; como ciência em ação e movimento abre caminhos alternativos para a transformação das realidades, pois são percebidas coletivamente sob novos olhares (GARCÍA & PADILLA, 2018). Ambos, o TBC e a agroecologia, têm como foco o

envolvimento participativo e o compromisso com as dimensões do bem viver, da coexistência e da economia solidária. Mais efetivamente busca-se o rompimento com o paradigma cartesiano e abertura para a interdisciplinaridade o diálogo dos saberes, o planejamento participativo e a descentralização das decisões compõem o entendimento da complexidade da vida e da existência humana (GARCÍA & PADILLA, 2018).

Há uma contribuição mútua na medida em que o turismo para a agricultura desvela a valorização do espaço e da cultura que garantem sua permanência no campo. Para tanto há o rompimento da lógica produtivista e impactante e se propõe a revitalização do mundo rural, incluindo novas relações com os ecossistemas e seus aspectos paisagísticos. O TBC pode contribuir com renda e trabalho efetivos, dando sentido aos serviços ambientais e o resgate do patrimônio e de elementos da cultura regional tal como o artesanato, o folclore, as festas e rituais locais

Para além das atividades industriais o TBC dinamiza os mais diversos serviços e sujeitos das localidades, incluindo os alimentos regionais, seu preparo e processamento. Para além dos pacotes padronizados, os potenciais locais são integrados, não seguindo um modelo único de gestão e envolvimento das pessoas, como destaca (COROLIANO & ALMEIDA):

Em alguns municípios, comunidade e pequenas empresas encontram caminhos de inclusão em roteiros turísticos e aproveitam artes, gastronomias, folclores, atrativos naturais e culturais, transformando o potencial em produto ou oferta turística. Assim, o turismo chega às comunidades rurais e às periferias. Os excluídos do turismo do topo, ou dos resorts, dos hotéis 5 estrelas inventam o turismo social, o turismo dos trabalhadores, adaptado às condições econômicas dos pequenos rendimentos, tentam incluir-se pelo circuito inferior do consumo, com produtos alternativos, pequenas pousadas e hospedagens residenciais, quando emerge o turismo rural e comunitário (2011, p.12).

Para as comunidades rurais o TBC e a agroecologia têm permitido procurar e construir novos graus, formas e espaços de autonomia, nos interstícios da sociedade global. Busca-se o contraponto a generalização, a padronização alimentar e a banalização dos valores, saberes e sabores (VAN DER PLOEG, 2008). No contraponto emerge a busca pelo específico, a diversidade e o pitoresco nos ritmos e sabores. A troca dos saberes comunitários com turistas e visitantes, a busca de alimentos saudáveis, as vivências na agricultura, o contato com ecossistemas preservados, o acolhimento desinteressado e o lazer proporcionado pode gerar nas pessoas urbanas uma tomada de consciência quanto a valores da sociedade global. Possibilidades se estruturam e se fortalecem com a abertura para novos empreendimentos, que

fogem do modelo de turismo globalizado, pois privilegiam as populações locais, a revalorização dos territórios e a integração regional.

3. Metodologia

O Instituto Federal de Sergipe tem gerado o envolvimento de professores em ações de ensino, pesquisa e extensão vinculados ao Turismo e a Agroecologia, em especial, através do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS) e o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA/IFS), vinculados aos Cursos Superiores de Gestão de Turismo e de Tecnologia em Agroecologia, além do Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR-IFS). Em síntese, desde então, esses grupos de interesse têm atuado no sentido de sistematizar contribuições técnicas relevantes, experiências brasileiras bem-sucedidas, bem como políticas que fortalecem as atividades rurais comunitárias, objetivando irradiar conhecimento e facilitar a cooperação horizontal.

Para gerar produtos efetivos para a sociedade, as iniciativas visam desencadear espaços de debates, aproximando pesquisadores e comunidades que desenvolvem atividades vinculadas à Agroecologia e ao Agroturismo na região. Considerando a realidade de Sergipe pouco ativa no desenvolvimento integrado do agroturismo, agroecologia e ruralidade, surgiu a proposta de iniciar uma reflexão entre os atores destes processos setorizados. Trata-se de mobilizar profissionais e estudantes de turismo, meio ambiente, ciências sociais e ciências humanas, entidades do terceiro setor, empresas privadas e instituições públicas vinculadas ao turismo e ao desenvolvimento rural e regional.

Para avançar na compreensão das potencialidades e fragilidades do desenvolvimento do TBC em Sergipe o primeiro passo foi realizar um evento no formato de Workshop visando o encontro dos atores sociais para realizar o levantamento preliminar das experiências e intenções, bem como a socialização de algumas experiências em andamento.

Foi então realizado um evento popular, reunindo, num só espaço, polos fundamentais para a geração de conhecimento e contato pessoal, além de propiciar negócios, estabelecer relações e socialização de informações pertinentes, gerando parcerias e a promoção de debates. Buscou-se, então, constituir um evento popular que oportunizasse a participação das comunidades rurais, ampliar as oportunidades de renda e propor integração de ações de produção orgânica e agroecológica com o agroturismo.

Durante o evento foram utilizadas as seguintes ferramentas participativas:

1) A metodologia do carrossel ao qual foi estruturada com a divisão em grupos que visitaram cada uma das cinco experiências relatadas pelos agricultores para gerar maior interatividade entre os participantes.

2) A demonstração dos produtos agroecológicos e artesanato e sua comercialização na feira, a organização de cafés e lanches, composto de produtos ofertados pelos feirantes e a parceria com o restaurante vegano do bairro, para compartilhar e difundir os alimentos agroecológicos produzidos pelos agricultores participantes.

3) O relato das experiências em plenária visando debater os potenciais e as fragilidades para o desenvolvimento do turismo rural.

4) O exercício de construção coletiva de possíveis roteiros de turismo rural, considerando os potenciais dos agricultores participantes do evento.

A construção coletiva de roteiros de turismo rural, na dimensão territorial se deu com o apoio do método METAPLAN ao qual “possibilita, por meio de uma comunicação efetiva, uma interação forte e móvel entre todos os envolvidos, facilitando a participação de cada um: cria um centro de atenção comum; facilita a estruturação das discussões; registra todas as contribuições; propicia a verificação do estágio do diálogo e apoia a apresentação dos resultados (KUMER, 2007, p.51).

Além disso, para facilitar este processo participativo, visando ampliar a comunicação e estimular o debate houve o apoio dos moderadores. As ferramentas participativas utilizadas foram adaptadas a partir de Ferreira & Almeida (2016), Ruas (2006) e Kummer (2007).

A participação dos agricultores familiares foi o diferencial da proposta aqui sugerida, destoando da maioria dos demais congressos técnico-científicos, em especial aqueles ligados às ciências agrárias. Os agricultores e suas organizações participam das mesas e apresentam suas experiências para outros agricultores, consumidores, estudantes e comunidade acadêmica.

4. Discussão dos resultados

4.1 Fragilidades para o desencadeamento de projetos efetivos de desenvolvimento rural

Apesar da identificação de uma série de potenciais provindos da agricultura familiar, dos camponeses e das populações tradicionais de Sergipe, ainda permanece o imobilismo no sentido de desenvolvimento dos serviços turísticos em Sergipe. Observando as orientações básicas do desenvolvimento turismo rural sugeridas pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2008), foram

identificadas fragilidades no campo articulação, capacitação e desenvolvimento das comunidades (Quadro 1).

Quadro 1 – Fragilidades, a superação e adequações para o desenvolvimento do agroturismo em Sergipe

Critérios de desenvolvimento turístico	Fragilidades	Superação	Adequações
Infraestrutura e Qualidade de vida	Moradias precárias e construções rurais inadequadas	Inclusão nos Programas de habitação de projetos apropriados a vida rural	Bioconstruções e redesenho dos quintais produtivos
	Saneamento básico	Execução orçamentária municipal	Técnicas Permaculturais
	Acesso a água potável	Ação do comitê de bacias hidrográficas	Ampliação da Tecnologias sociais da ASA
Transição agroecológica	Acompanhamento da extensão rural e da assistência técnica	Ampliar as parcerias de ONGs, movimentos sociais e instituições públicas	Efetividade dos mercados, proximidades com os consumidores, diferenciação de produtos e organização social.
Participação ativa e democratização das decisões	Rompimento com o clientelismo político	Organização local, moderação e sensibilização para participação em associações outros coletivos.	Mobilizar grupos de coletivos previamente organizados, elaborando projetos para viabilizar a ação de mediadores locais.
Capacitação e informação	Ações das instituições isoladas. Ausência de mecanismos informacionais de divulgação das experiências.	Constituir parcerias interinstitucionais públicos/privados. Problematizar o reducionismo na aplicação dos recursos públicos e investimentos turísticos não inclusivos e culturalmente inadequados	Gerar seminários permanentes, buscar fontes de financiamento. Construir roteiros e divulgar as experiências

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

No campo da Articulação as fragilidades se estruturam na descontinuidade nas parcerias e ações de cooperação interinstitucionais e Inter setoriais. Em especial nas municipalidades, a proposta fica restrita a realização de grandes eventos em datas comemorativas relacionadas com as festas juninas, o carnaval e as festas de finais de ano. O envolvimento das comunidades de base na formação e capacitação, associados a infraestrutura das comunidades rurais não permite

dar visibilidade aos produtos e serviços da cultura regional, oriundos de alimentos biodiversos típicos da cultura e da culinária regional, tipicamente nordestina. As fragilidades se perpetuam em ausência das condições de qualidade de vida, na precariedade das habitações rurais e no processamento de alimentos, aquém das condições de higiene. No campo do processamento caseiro as estruturas de cozinhas multifuncionais e uma legislação adaptada ainda precisa ser formatada. Este aspecto prejudica a promoção e comercialização de produtos e serviços com qualidade.

O campo da infraestrutura que consiste em “adequar e implantar infraestrutura básica e turística no meio rural, de forma integrada ao ambiente e às especificidades sociais e culturais locais” (BRASIL, 2008, p. 16), é um dos maiores impasses. Os estabelecimentos rurais apresentam fragilidades de saneamento básicos (incluindo água encanada potável, destino dos resíduos sólidos e dos esgotos domésticos associados a moradias precárias, o qual limita a oferta de serviços turísticos. Envolve uma ação de capacitação, visando superar relações culturais locais com as condições de qualidade de residir e se relacionar com o entorno, processos amplos de educação ambiental, para além de uma ação escolar, envolvendo espaços não formais.

Na perspectiva do TBC o envolvimento da comunidade e a participação nas decisões é a pré-condição para a inserção do serviço turístico e conforme Brasil (2008, p. 34) implica em “motivar e envolver a comunidade de forma participativa em relação aos benefícios do Turismo Rural ordenado e integrado, valorizando os talentos locais. No campo da capacitação o propósito é preparar os agentes e atores envolvidos na atividade, organizando cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional e gerando um debate permanente, compartilhando experiências e participando de eventos acadêmicos

De um modo geral a agricultura familiar não é contemplada com políticas agrícolas efetivas, propiciando crédito, seguridade e mesmo os serviços fundamentais de saúde, educação, moradia e saneamento básico são parcialmente atendidos (Quadro1). Para o desenvolvimento dos serviços turísticos, mesmo para os casos dos agricultores familiares que avançaram na transição agroecológica e estão adiantados no caminho da conservação dos recursos naturais, estes aspectos dificultam a sinergia aos projetos de desenvolvimento turístico, tendo o agricultor como o verdadeiro protagonista do processo.

A proposição de experiências tais como a da Acolhida na Colônia pode ser salutar para este contexto, pois propõe a geração de mediadores sociais, que contribuem na participação das comunidades nas decisões buscando assim o sentido de cidadania até então negada para o contexto da agricultura familiar.

Nos debates estabelecidos durante o evento os agricultores denotaram vontade de participar compartilharam saberes, demonstraram seus produtos, suas experiências de manejo a

suas contribuições na agregação de valor e refletiram positivamente quanto a inclusão de projetos de agroturismo, viabilizando as comunidades suas tradições, valorizando os agroecossistemas biodiversos, seu artesanato e seus produtos agroecológicos.

4.2 A implementação de ações de base para a sinergia entre agroecologia e agroturismo

São inúmeras as experiências de agregação de renda da agricultura familiar, incluindo a oferta de serviços ambientais com o manejo de agroflorestas inclusive no semiárido, permitindo a agricultores/as agroecológicos/as a colheita de frutas e verduras durante o ano inteiro, além da criação animal e práticas extrativistas. Também, estratégias de convivência com o semiárido disseminaram práticas simples tais como: armazenamento e captação de água, resgate e preservação de sementes crioulas, cultivos em consonância com o bioma, manejos das criações de forma racional, desenvolvimento das potencialidades nos quintais produtivos e das hortas medicinais, entre outras.

Portanto, o estado de Sergipe e os demais estados da região Nordeste têm muitas experiências exitosas a mostrar, as quais deverão estar no centro dos debates regionais. Na base desse movimento social no campo, surgiram nos últimos anos, agricultores ecológicos organizados em associações e cooperativas fortalecendo as mais diversas formas de comercialização, sendo exemplar a estruturação de novas relações nas feiras agroecológicas.

As experiências agroecológicas mostram um rural pleno de diversidade, cujos produtos se inserem nas cadeias curtas de circulação, viabilizada na tradição das feiras nordestinas. Esta aproximação do consumidor e do produtor resulta em novos entendimentos da realidade da produção e parcerias salutares entre campo e cidade. Neste ínterim de novas relações e de valorizações do espaço rural e agrícola, as rendas se diversificam para além da produção agrícola com os processamentos e a oferta de serviços turísticos. Estes potenciais denotam propensões para o investimento o turismo de conhecimento, as pousadas rurais, o ecoturismo, o pesque-pague, as vivências com o contexto da produção, os alimentos típicos, regionais e saudáveis, entre outras formas.

Na base desse movimento social no campo surgiram, nos últimos anos, agricultores ecológicos organizados em associações e cooperativas fortalecendo as mais diversas formas de comercialização, sendo exemplar a estruturação de novas relações nas feiras agroecológicas. Há também a organização em redes agroecológicas, que integram instituições de ensino, pesquisa e extensão, ONGs, movimentos sociais e agricultores familiares. No estado de Sergipe, a Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA), criada em 2006, tem se fortalecido e articulado diferentes

atores de organizações de diferentes setores. O XI Congresso Brasileiro de Agroecologia foi então realizado no estado de Sergipe, por um conjunto de organizações, universidades, institutos federais, movimentos sociais e redes de Agroecologia e demais atores sociais engajados na produção de alimentos saudáveis com segurança e soberania, realizando uma agricultura biodiversa, replicando sementes crioulas e cultivando a água.

No Nordeste a Agroecologia se faz presente nas mais diversas realidades dos agroecossistemas. Ela gera emprego, renda, diversidade alimentar e conservação do solo e água e se ajusta perfeitamente ao contexto das populações tradicionais, da agricultura familiar e camponesa.

Apesar do contexto de desigualdade social no acesso a água e a terra, a agricultura familiar camponesa realiza a produção de alimentos, no geral, baseada em baixo investimento de capital. É o contraponto ao modelo do agronegócio brasileiro baseado nas monoculturas de grande escala, uso de agrotóxicos, mecanização, irrigação e sementes transgênicas. A produção hegemônica se expande ao custo de aumento das desigualdades sociais, desestruturação dos saberes locais e relações de reciprocidade, as inovações agroecológicas, práticas predatórias de uso de solo em territórios desmatados, assoreamento de rios e exploração e contaminação dos aquíferos. Em síntese, a despeito de uma série de debates e orientações críticas sobre os impactos perversos deste modelo de produção agrícola, persiste o investimento em negócios desconectados dos serviços sociais e ambientais.

Sabem-se das precariedades enfrentadas pelas populações tradicionais, mas é exemplar e salutar a cultura alimentar biodiversa proporcionada pelo cultivo da macaxeira, coco, mandioca, milho e todos os seus derivados (tapioca, beiju, pé-de-moleque, farinha, saroió, biscoitos, bolos, cuscuz, mugunzá e canjica). Na cultura camponesa nordestina são também cultivados batata doce, inhame, amendoim, quiabo, maxixe, abóbora, feijão de arranque e de corda, guandu, palma e fava. As frutas são a base de cada microrregião, parte da diversidade dos ecossistemas que o Nordeste abriga (mata atlântica, agreste e caatinga). Tantas outras frutas se cultivam (laranja, uva, melão, mamão, abacaxi, carambola, goiaba, melancia) e tantas outras se colhe (dicuri, caju, manga, jaca, graviola, mangaba, umbu, jenipapo, jabuticaba, araçá entre outras). São todos alimentos mantidos e processados pelos camponeses e suas famílias, alimentos regionais ou mundiais que garantem diversidades de renda para as famílias.

No trabalho da família camponesa e das populações tradicionais, a produção de alimentos biodiversos estruturam as práticas de base agroecológica. A cultura alimentar regional é um marco regulatório da eficiência da produção, consolidada pelos guardiões de sementes crioulas conservadas em bancos ou casas de sementes comunitários ou individuais. São práticas

tradicionais registradas e fortalecidas por décadas de parcerias entre agricultores experimentadores e extensionistas.

A atuação da Articulação pelo Semiárido (ASA) é exemplar, consolidou a convivência possível com o semiárido, gerando autonomia camponesa através da gestão da água, dos saberes e possibilidades de vida na caatinga, a valorização e resgate da rusticidade animal e das sementes crioulas adaptadas. São múltiplas estratégias de resistência e convivência da agricultura camponesa, atualmente desafiada pelas mudanças climáticas e ameaçada pelos grandes projetos excludentes que resultam novas fragilidades e o comprometimento da Caatinga e das populações tradicionais que nela convivem.

No contraponto a este modelo excludente, o enfoque agroecológico tem denotado ser possível aliar a produção com a conservação, realizando serviços essenciais aos ecossistemas, pois é baseado numa agricultura e criações sistemicamente integradas, otimizando os gastos energéticos, reciclando materiais, ampliando a fertilidade das terras e das águas. As bases agroecológicas que se efetivam, inovam o contexto da agricultura familiar camponesa, constituindo sistemas agroflorestais, permaculturais e biodinâmicos. Denotam possibilidades que se estruturam no eixo da diversificação, integração, tecnificação, reciclagem e otimização.

Os resultados são sistemas de produção duráveis e resilientes, co-evoluindo em sociedades organizadas coletivamente, denotando invenções e inovações técnicas apropriadas às necessidades, econômicas, culturais e ecológicas nos territórios. Neste espaço de efetividades, há a geração de renda e o fortalecimento das relações familiares, de solidariedade e de respeito às diferenças, com igualdade de gênero e a reprodução das tradições e saberes locais com o diálogo intercultural. Neste contexto propositivo, a juventude realiza seus ideários de vida e consolida relações de reciprocidade no mundo rural, de produção orgânica com oferta de lazer, agroindústria, turismo, educação e saúde.

Neste caminhar a agroecologia vai além de uma proposição técnica ecologicamente correta, mas constitui-se numa proposta de vida com qualidade, implicando em alimentos saudáveis produzidos com igualdade de gênero e com participação apropriada de cada geração. As estratégias de mercado consolidam a agroecologia, valorizando as redes locais de comercialização, baseadas em cadeias curtas, gerando grupos e associações para ampliar as redes e aproximar consumidores e produtores. O campo e a cidade estruturaram o movimento agroecológico, trazendo a consciência de que é possível alimentar o mundo, sem a massificação e a perda dos sabores regionais, considerando o ato de alimentar um

O turismo de base comunitária e a agroecologia buscam em comum a conservação dos ecossistemas e suas potencialidades locais. No contraponto a este modelo excludente, o enfoque agroecológico tem denotado ser possível aliar a produção com a conservação, realizando

serviços essenciais aos ecossistemas, pois é baseado numa agricultura e criações sistemicamente integradas, otimizando os gastos energéticos, reciclando materiais, ampliando a fertilidade das terras e das águas.

5. Conclusões

As bases agroecológicas que se efetivam, inovam o contexto da agricultura familiar camponesa, constituindo sistemas agroflorestais, permaculturais e biodinâmicos, denotam possibilidades que se estruturam no eixo da diversificação, integração, tecnificação, reciclagem e otimização. Os resultados são sistemas de produção duráveis e resilientes, (co)evoluindo em sociedades organizadas coletivamente, denotando invenções e inovações técnicas apropriadas às necessidades, econômicas, culturais e ecológicas nos territórios. Neste espaço de efetividades, há a geração de renda e o fortalecimento das relações familiares, de solidariedade e de respeito às diferenças, com igualdade de gênero e a reprodução das tradições e saberes locais com o diálogo intercultural. Neste contexto propositivo, a juventude e as mulheres realizam seus ideários de vida e consolidam novas relações de reciprocidade no mundo rural, de produção orgânica com oferta de lazer, agroindústria, turismo, educação e saúde.

Neste caminhar a agroecologia vai além de uma proposição técnica ecologicamente correta, mas constitui-se numa proposta de vida com qualidade, implicando em alimentos saudáveis produzidos com igualdade de gênero e com participação apropriada de cada geração. As estratégias de mercado consolidam a agroecologia, valorizando as redes locais de comercialização, baseadas em cadeias curtas, gerando grupos e associações para ampliar as redes e aproximar consumidores e produtores. O campo e a cidade estruturaram o movimento agroecológico, trazendo a consciência de que é possível alimentar o mundo, sem a massificação e a perda dos sabores regionais, considerando o ato de alimentar um exercício da identidade de cada cultura, de cada povo e seu território.

Ao mesmo tempo, a agroecologia é uma ciência que articula os conhecimentos e saberes tradicionais às demandas ambientais atuais, de possibilidades e de respeito à integridade dos agroecossistemas biodiversos. Todos estes elementos evidenciam os desafios científicos para o avanço do conhecimento agroecológico no cenário de construção de um novo rural, múltiplo e biodiverso. Trata-se de um encontro com muitas linguagens, de resgate das raízes da cultura e identidade nordestina, um encontro de trocas de saberes, sementes e experiências agroecológicas. São novos propósitos de desenvolvimento e integração das populações tradicionais nos territórios.

As experiências agroecológicas mostram um rural pleno de diversidade, cujos produtos se inserem nas cadeias curtas de circulação, viabilizada na tradição das feiras nordestinas. Esta aproximação do consumidor e do produtor resulta em novos entendimentos da realidade da produção e parcerias salutareas entre campo e cidade.

Conforme as experiências de produção agroecológica avançam, no estado, as bases para a constituição do TBC. Porém, é um movimento que para se concretizar depende da presença de mediadores e o esforço dos parceiros, a simples existência dos potenciais não gera o serviço turístico. Os condicionantes a serem superados incluem a cultura do acolhimento, o cumprimento de regras de higiene e de segurança, além da superação na desigualdade no acesso de condições fundamentais para qualidade de vida no espaço rural, que implica em domínio dos bens da natureza, acesso livre aos recursos conservados, entre outros. A organização coletiva precisa estar estrategicamente posicionada para ampliar as parcerias interinstitucionais e desencadear os processos desejados para o desenvolvimento autônomo, baseado em princípios da economia solidaria e desenvolvimento sustentável.

6. Referências

ACOLHIDA NA COLONIA. Estatuto social da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. Acesso em: 10/08/2019. Disponível em: <https://acolhida.com.br/wp-content/uploads/2019/03/estatuto-acolhida-na-colonia.pdf>

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2008. 53 p.

BUZZATTI, Thaise Costa & TURNES, Valério Alcício. O papel da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC) na construção de políticas públicas de turismo focadas no desenvolvimento rural e na promoção da agricultura familiar. Gestão Social como caminho para a redefinição da esfera pública. Florianópolis. 2011.

CORIOLOANO, Luzia Neide; ALMEIDA, Humberto Marinho de. Turismo rural no nordeste brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial. EGAL, 2011.

FERREIRA, Virgínia e ALMEIDA, Helena Neves. **Kit de ferramentas para diagnósticos participativos**. Coimbra: CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/CH Academy. 2016.

GARCÍA, Daniel López; PADILLA, Mamen Cuéllar. Algunas reflexiones acerca del debate sobre la investigación activista y la investigación participativa en agroecología. **Revista Agroecología**. 13 (1): 99-105, 2018.

GELBCKE, D. L. Agroturismo e Produção do Espaço nas Encostas da Serra Geral: entre a ideia e a prática. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007. 155p.

LINS, Hoyêdo. Inovações Sociais e Desenvolvimento Sustentável: Sinergismo entre agroecologia e agroturismo no Brasil Meridional. **Revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica**. 2019. Vol. 30, No. 1: 58-80 -
<https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/37/221>

VAN DER PLOEG, Jan D. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAMIRO, Rodrigo. **Economia solidária e Turismo**: uma avaliação das experiências de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva de turismo na região nordeste do Brasil. Brasília, DF: Editora IABS, 2009.

RUAS, E. D et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR. Belo Horizonte, março, 2006. 134 p.

SCHLEMER, Liliane Cristine Alcântara; FEUSER, Shimene; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo de base comunitária: uma experiência na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento do Rio Sagrado (Morretes, Paraná, Brasil). **Revista Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 8, n. 2, p. 342-359, maio-agosto de 2015.



XVII Seminário ANPTUR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

IMPACTOS DA PESQUISA E DA
PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E
HOSPITALIDADE NA SOCIEDADE

02 A 04 DE DEZEMBRO DE 2020
WEBSEMINÁRIO
ANAIS ANPTUR | ISSN 2359-6805

WALKOWSKI, Marinês da Conceição; DAMO, Marcia R. S.; LOCH, Carlos. Projeto Acolhida na Colônia no Estado de Santa Catarina - SC: um território de identidade e turismo sob a ótica da Linguagem de Padrões. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, Vol. 19 - n. 2 - mai. – ago, 2017, p. 319-347.